

Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio

Proposta e resultados de um dossier

Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabilis/10530>

DOI: 10.4000/terrabilis.10530

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrónica

Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento, «Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio», *Terra Brasilis* [Online], 17 | 2022, posto online no dia 30 junho 2022, consultado o 31 dezembro 2022.

URL: <http://journals.openedition.org/terrabilis/10530> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabilis.10530>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 dezembro 2022.

All rights reserved

Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio

Proposta e resultados de um dossier

Francisco Roque de Oliveira e João Sarmento

NOTA DO AUTOR

Agradecemos a todos os colegas que generosamente contribuíram para concretizar este dossier sobre «Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio», bem assim como aos avaliadores externos, que enriqueceram os manuscritos submetidos com comentários e sugestões pertinentes. Aos Serviços do Centro de Documentação e Informação e do Gabinete de Comunicação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa é devido um especial reconhecimento pela localização, cedência e tratamento dos documentos de arquivo – textuais, cartográficos e fotográficos – usados em vários destes trabalhos. À equipa da revista *Terra Brasilis* vai o último que é também o maior dos agradecimentos, tanto pelo desafio que nos lançaram para a organização deste dossier, como pelo cuidado com que acompanharam as diferentes fases da sua execução.

A pesquisa para este artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projecto “RegRural - Regular o Rural Colonial: Aldeamento de Guerra no Colonialismo Português Tardio” (ref.^a EXPL/GES-URB/1284/2021), Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra.

- 1 Apesar de alguns estudos parcelares publicados nos últimos anos, ainda não foi realizada uma leitura abrangente da Geografia portuguesa que permita compreender o papel do discurso geográfico em «situação colonial» e a forma como este mesmo discurso parece ter sido revalorizado à medida que se agravou o clima internacional em torno da política colonial portuguesa, a partir de meados da década de 1950 (Pimenta *et al.*, 2011; Oliveira e Paiva, 2019; Sarmento, 2019). A teoria pós-colonial ensina-nos que a colonização não só transformou o mundo colonizado, como também transformou

profundamente as sociedades colonizadoras, colocando assim a questão do colonialismo no cerne da modernidade europeia (Driver, 2006; Butlin, 2009). Isto significa que partimos para este dossier assumindo como propósito fundamental reunir um conjunto de análises críticas sobre alguns dos mais representativos discursos e práticas da Geografia portuguesa da época sobre o «mundo tropical». Fazendo-o, propomo-nos contribuir para a renovação epistemológica da própria disciplina, que, em nosso entender – e em linha com Driver (2006), Bruneau (2008), Jazeel (2014), Clayton e Kumar (2019) e Clayton (2020) –, ainda não refletiu suficientemente sobre este momento muito complexo da sua história.

- 2 Temos a noção de que a geografia tropical se constituiu como um campo disciplinar com relativa autonomia em Portugal a partir de meados do século XX. Temos também a noção de que a história do período colonial português tardio constituiu uma realidade até certo ponto específica no contexto europeu, resultado do contexto de ditadura e da intransigência relativa à descolonização, que se prolongaram até 1974 (Pimenta *et al.*, 2011; Almeida, 2014; Jerónimo e Pinto, 2015; Alexandre, 2017). Com o fim do domínio colonial português em África e, quase em simultâneo, com a instauração do regime democrático e a opção pela integração europeia, constatamos o quase desaparecimento da geografia tropical portuguesa. Em qualquer caso, a nossa primeira preocupação não foi a de ajudar a circunscrever um aparente excepcionalismo português, mas antes contribuir para ampliar o conhecimento actual sobre a história global da «ciência imperial» explorando uma geografia situada para além dos mundos anglófono e francófono, quase hegemónicos no debate académico contemporâneo (Ferretti, 2020). Tratou-se pois, prioritariamente, de acrescentar argumentos ao importante debate em curso sobre o papel da Geografia para os processos de colonização e descolonização (Clayton e Kumar, 2019; Clayton, 2020).
- 3 Quando nos propusemos recolher neste dossier contributos originais centrados na análise dos discursos científicos e no perfil dos principais agentes, redes e instituições que forjaram o saber geográfico português sobre os trópicos no pós-Segunda Guerra Mundial, lançámos o repto para que se trabalhassem dois tópicos que avaliámos como prioritários. Por um lado, análises dirigidas à actividade da designada «Escola de Geografia de Lisboa», organizada no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa em torno da figura de Orlando Ribeiro, e ao trabalho das várias missões de investigação que Ribeiro coordenou em África, mas também na Ásia, sem as quais essa «Escola» não é compreensível (Castelo, 2013). Ao mesmo tempo, encorajámos as pesquisas centradas em outros âmbitos institucionais relevantes para a compreensão do objecto em estudo, designadamente aquelas capazes de olhar de perto as intersecções entre práticas políticas, económicas e científicas, que estão no cerne das proclamações da «ciência imperial» (Shepherd, 2005; Hersey *et al.*, 2019). Cabiam neste âmbito inquéritos que aprofundassem o estudo sobre as redes e parcerias internacionais da Geografia tropical portuguesa, as quais terão constituído uma parcela talvez pouco visível, mas nem por isso menos interessante, das intensas redes internacionais – e, neste caso, em boa medida trans-imperiais – que estruturam as geografias da ciência entre «centro» e «periferias» (Meusburger *et al.*, 2010; Jazeel, 2014; Jöns *et al.*, 2017; Sarmiento, 2019).
- 4 Se estas foram as premissas de partida para este dossier, os textos entretanto reunidos tanto confirmam a centralidade ou a pertinência de vários destes tópicos, como acabaram por inquirir outros temas inelutavelmente associados à construção do saber

geográfico que acompanhou o último fôlego do império colonial português. Deitando mão da simples regra cronológica, a primeira questão colocada remete para a reflexão sobre o «inconsciente colonial» que acompanha a prática da Geografia institucional portuguesa desde as primeiras décadas do século XX, articulando, assim, o que seria a matéria própria da geografia colonial e aquilo que comumente reconhecemos como sendo específico da geografia tropical.

- 5 É o que vem proposto no texto que **José Ramiro Pimenta** escreveu sobre Francisco Xavier da Silva Teles, no qual sublinha diversos pontos de identidade entre, por um lado, o contributo emprestado para a delimitação do campo disciplinar da Geografia por este que fora, simultaneamente, secretário-geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, promotor do Congresso Colonial Nacional (1901) e o introdutor da Geografia no ensino universitário português, em 1904, e, por outro, a leitura encomiástica que Orlando Ribeiro fará do seu legado, tanto no que se refere à introdução no ensino universitário de um «método rigorosamente científico», como mesmo «no domínio um tanto vago dos estudos coloniais» que Silva Teles concebera sob forte tutela da Climatologia (Ribeiro, 1976). Esta ponte lançada entre duas figuras centrais – mas também muito díspares – da Geografia portuguesa do século XX tem para nós um significado imediato: reverbera essa mesma lembrança sobre o lugar da dimensão colonial no desenvolvimento académico da Geografia, o mesmo é dizer que também no caso português a construção da geografia tropical no contexto do segundo pós-Guerra não prescindiu de um regresso explícito às suas origens coloniais (Zytnicki, 2008; Deprest, 2017).
- 6 Se dúvidas houvesse, aí está a lembrança de que o esforço principal da «Escola de Geografia de Lisboa» supervisionada por Ribeiro – e executada especialmente por Ilídio do Amaral, Raquel Soeiro de Brito, Mariano Feio e Carlos Alberto Medeiros –, irá incidir sobre o mesmo Sudoeste de Angola que Silva Teles antecipara como o espaço de eleição para a «aclimatação europeia» nas colónias portuguesas de África (Pimenta, 2020; Pereira, 2023). É por aqui que é lícito estabelecer um vínculo entre as duas obras que, em certo sentido, sinalizam os pontos extremos deste longo ciclo de trabalhos. A primeira corresponde ao *Rapport sur la climatologie inter-tropicale et les climats des colonies portugaises* que Silva Teles preparou para o Instituto Colonial de Bruxelas, em 1924; a mais próxima de nós é *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola): estudo de Geografia Humana*, monografia que Carlos Alberto Medeiros apresentou como tese de doutoramento na Universidade de Lisboa, em 1976, e que Orlando Ribeiro não se coibiu de qualificar como «obra de Geografia colonial (passe o termo fora de moda mas perfeitamente justo)» (Ribeiro, 1981: 125).
- 7 Esta classificação ocorre a páginas tantas de *A colonização de Angola e o seu fracasso*, livro escrito na sequência imediata da derrocada do Império africano e obra na qual Ribeiro também descobre vínculos entre a antecipação que Silva Teles fizera dos progressos da higiene e medicina tropicais aplicadas ao paludismo em *A colonização portuguesa nos climas tropicais* (1891) e as ideias que Pierre Gourou expusera sobre o mesmo assunto mais de meio século depois. Que Gourou tenha sido «o maior tropicalista de todos os tempos» na leitura de Ribeiro (1981: 26) fecha o círculo que articula esse saber essencialmente de gabinete que dava pelo nome de geografia colonial – e que fora o de Silva Teles – com a «geografia de terreno» sobre os trópicos que a «Escola de Geografia de Lisboa» aplicou a partir do «sistema de pensamento» de Pierre Gourou e dos geógrafos tropicais que Gourou influenciou na sequência da publicação da sua tese

sobre os camponeses do delta do Tonquim, em 1936 (Gourou, 1936; Solotareff, 1996: 253; Ribeiro, 2017 [1968]; Oliveira, 2019).

- 8 Sendo certo que a experiência do terreno não constituiu condição suficiente para marcar a passagem, nos planos epistemológico e académico, entre um saber de gabinete e eminentemente aplicado aos desafios económicos da colonização que era próprio da geografia colonial e a geografia tropical de lastro «culturalista» e de razão «ecológica» – quer dizer, focada no estudo das relações entre o organismo humano e o meio bioclimático (Solotareff, 1996; D’Alessandro, 2003; Claval, 2007; Bouquet, 2008; Zytnicki, 2008; Deprest, 2017)–, também é um facto que será com base nas novas condições institucionais e políticas encontradas no segundo pós-Guerra para o desenvolvimento da pesquisa no terreno que o trabalho dos geógrafos tropicais conseguiu transformar a herança da velha geografia colonial num saber distinto. Mesmo que, como acabámos de ver, Orlando Ribeiro preferisse continuar a tratar tudo pelo mesmo nome, é já o novo paradigma o que tem em mente quando, num colóquio promovido pela Junta de Investigações Coloniais, em Dezembro de 1949, advoga a necessidade de se reunirem condições para conduzir investigação directa, prolongada e intensiva:

Só quando houver um corpo de investigadores com larga prática de trabalho nas regiões tropicais, gente sempre disposta a partir, quando se tiverem escrito algumas monografias e existirem bons especialistas de diferentes matérias na África ou na Ásia, nós teremos dado um decisivo passo em frente no caminho da investigação colonial. (Ribeiro, 1970: 144)

- 9 Não por acaso, o seu discípulo Ilídio do Amaral tomou esta passagem como mote do longo inventário que preparou sobre os trabalhos da «Escola de Geografia de Lisboa» relativas relativos às regiões tropicais escritos entre o início da década de 1940 e o final da década de 1970 (Amaral, 1979). Neste relatório, sistematizam-se os resultados das sucessivas «missões» de trabalho de campo organizadas pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa por encargo da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar, com destaque para a Missão de Geografia à Guiné (1947), a Missão de Geografia da Índia (1955-1956), a Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961) e a Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1961-1973). Também não por acaso, neste dossier oferecido à revista *Terra Brasilis* este será um tópico recorrente, como desde logo sucede com o texto no qual **João Sarmento** investiga o lugar que coube a África no conjunto das missões de Geografia tropical portuguesa da segunda metade do século XX. Trata-se de um ensaio que beneficia do trabalho recente que este investigador consagrou aos cadernos de campo de Orlando Ribeiro produzidos no decurso das sucessivas viagens de trabalho que realizou a Angola entre 1960 e 1969, no quadro das missões de Geografia realizadas ao serviço da Junta de Investigações do Ultramar (Sarmento, 2022).
- 10 Partindo da descrição do papel aglutinador desempenhado por Orlando Ribeiro neste processo, Sarmento articula-o também desde o início com os desideratos de «ocupação científica» do ultramar delineados pelo Estado Novo português a partir da segunda metade do século XX, quando a consagração da autodeterminação dos povos no âmbito da ONU suscitou um conjunto de respostas por parte da potência colonial que – entre vários outros aspectos – conjugavam a reinvenção das velhas práticas de nacionalismo científico com a intensificação da cooperação técnica e científica trans-imperial (Castelo, 2013, 2022). No essencial, visava-se a produção de um «saber estratégico» (Lacoste, 1976) capaz de resistir à vaga de descolonizações em curso, propósitos em relação aos quais a Geografia institucionalizada respondeu por via das sucessivas

missões vocacionadas para o trabalho de campo que enumerámos, assim como pela criação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, que operou adstrito à Faculdade de Letras de Lisboa entre 1958 e 1973, a partir de uma proposta endereçada por Ribeiro à Junta de Investigações do Ultramar, em 1956.

- 11 Sarmento reconstitui a micro-história destes organismos tendo por base a documentação procedente dos arquivos privados de dois dos principais investigadores neles envolvidos, Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral, e – sobretudo – os processos relativos às missões de Geografia realizadas a partir de 1958 e integrados no espólio da entretanto extinta Junta de Investigações do Ultramar, hoje à guarda da Universidade de Lisboa. Nesta revisão, inclui ainda uma referência ao lançamento, em 1966, do primeiro número da revista *Finisterra*. Co-fundada por Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, esta que logo se afirmou como a principal revista portuguesa da Geografia académica foi, desde a sua génese, muito marcada pela divulgação de resultados de investigação relativos a África – e, como no-lo recorda Sarmento, sintomaticamente abriu também esse primeiro número com um artigo de carácter teórico-metodológico assinado por Pierre Gourou (Gourou, 1966).
- 12 Esta observação pontual que enquadra o lançamento da *Finisterra* no âmbito dos trabalhos da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar encontra um tratamento diferenciado no estudo bibliométrico que **Diogo Gaspar Silva** apresenta sobre a evolução dos conteúdos desta revista entre 1966 e a actualidade. Para o efeito, Silva explorou a linha de continuidade que é possível estabelecer entre as temáticas explicitamente coloniais ou tropicais, numa primeira fase, e a progressiva actualização deste corpo de estudos de acordo com as preocupações e a semântica próprias da «geografia do desenvolvimento» e – mais recentemente ainda – das aproximações pós-coloniais, centradas na desconstrução da ideologia colonial associada ao saber geográfico e às suas representações (Clayton, 2008, 2020; Pimenta *et al.*, 2011; Clavaron, 2021). Também este estudo toma como ponto de partida inquéritos recentes sobre a intersecção da «tropicalidade» nas revistas portuguesas de Geografia, neste caso tendo por foco o Brasil e a Geografia brasileira (Paiva *et al.*, 2019; Paiva e Oliveira, 2021). À semelhança do que ocorre no artigo de Sarmento, a leitura das sucessivas reconfigurações temáticas e epistemológicas deste legado transmitido nas páginas da *Finisterra* ao longo de mais de cinco décadas possibilita uma aproximação muito mais fina à arqueologia deste saber, desde logo porque explicita o contributo havido de protagonistas individuais, ao mesmo tempo que descobre ritmos de divulgação que não acordam exactamente com a cronologia genérica que se tem para a vigência operativa da «Escola» de geografia tropical de Lisboa. Como aqui se observa, se esta interrompeu o essencial do seu trabalho de campo com o advento das descolonizações africanas, a disseminação desse conhecimento continuará a ser notória por mais uma década, com tudo o que daí decorreu em termos de eficácia metodológica e de integração com os grandes novos debates internacionais que, entretanto, envolviam a Geografia (Lacoste, 2008).
- 13 Duas experiências concretas de trabalho de campo, separadas entre si por pouco mais de uma década e traduzidas a partir dos respectivos relatórios técnicos para a Junta de Investigações do Ultramar, estiveram na base de dois textos preparados para este dossier. No primeiro caso, trata-se do estudo apresentado por **Francisco Roque de Oliveira** sobre o relatório da campanha de estudo empreendida por Francisco Tenreiro

em São Tomé, em 1956. Baseando-se nos documentos textuais, cartográficos e fotográficos pertencentes ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, ao qual Tenreiro esteve associado quase desde a sua fundação, Oliveira reconstituiu as condições encontradas e as opções tomadas *in situ* pelo geógrafo na circunstância em que tomou o primeiro contacto com o objecto que viria a dar corpo à sua tese de doutoramento: *Ilha de São Tomé: estudo geográfico* (1961) – vista de forma retroperspectiva, uma das obras de referência da geografia tropical portuguesa (Medeiros, 1996).

- 14 Neste caso, a consulta da documentação de arquivo tanto permitiu suprir muitas das lacunas resultantes de não se ter tido acesso a um instrumento de registo pessoal como o caderno de campo, como acabou por oferecer pistas particularmente relevantes para a tarefa de reconstituição do contexto institucional e político em que decorreu o progressivo envolvimento de Tenreiro no projecto de estudos sobre a África ocidental gizados por Orlando Ribeiro em finais da década de 1940, quando este acrescentou aos trabalhos que vinha realizando no arquipélago de Cabo Verde os inquéritos decorrentes da missão de Geografia à então Guiné Portuguesa. Previsivelmente, tal projecto articulava-se com os planos de «ocupação científica do ultramar» desenhado pelos organismos e agentes competentes do Ministério das Colónias/Ultramar português, mas respondeu de modo não menos decisivo a programas de cooperação científica internacional estruturados quer a partir de Londres, através da London School of Economics and Political Sciences e o International African Institute, quer a partir de Dakar, neste caso através do Institut Français d’Afrique Noire (IFAN) e das designadas Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais (CIAO), que viriam a funcionar sob o patrocínio da Comissão de Cooperação Técnica na África a Sul do Sara (CCTA) e do Conselho Científico Regional para a África a Sul do Sara (CSA). Desta aproximação paulatina a planos de estudos que não são mais estritamente «coloniais», mas antes «africanistas» – de novo, porque inseparáveis de uma experiência de terreno, realizada por investigadores profissionais que colocam em prática instrumentos heurísticos aplicados ao estudo da geografia africana (D’Alessandro, 2003) –, decorrerá, em boa medida, a inserção do território disciplinar da Geografia universitária portuguesa no espaço tropical.
- 15 O segundo texto que se apoia num exemplo de trabalho de campo executado pelos geógrafos portugueses vem assinado por **Cláudia Castelo** e toma por objecto uma informação produzida por Raquel Soeiro de Brito, em 1968, relativa à criação de gado e pastoreio nos distritos de Moçâmedes e Huíla, em Angola. Redigida no âmbito da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, da qual Soeiro de Brito era adjunta, este relatório tanto permite que realizemos uma reconstituição parcial da metodologia e dos principais instrumentos de trabalho utilizados – com resultados genericamente muito próximos daquilo que se infere para o mesmo assunto a partir do relatório de Francisco Tenreiro tomado para o anterior artigo –, como resulta num exemplo eloquente da execução de ciência aplicada à tentativa de resolução dos crescentes conflitos que iam acontecendo entre os povos pastores e agro-pastores do sudoeste angolano e os colonos brancos beneficiados com a demarcação de concessões e o estabelecimento de empresas pecuárias. O facto de se tratar de um documento reservado, produzido para a cúpula dirigente da Junta de Investigações do Ultramar e, a partir daí, transmitido ao governo-geral de Angola e a diversos níveis da administração da colónia, também não desmerece o seu valor enquanto prova do desencontro de pontos de vista – e até da tensão – entre

opções e políticas de colonização e os resultados do trabalho científico, neste caso dos geógrafos.

- 16 A circunstância de Raquel Soeiro de Brito ter publicado na *Finisterra* (Brito, 1970) uma «nótula» na qual incorporou parte substantiva das observações realizadas no terreno de Moçâmedes, bem assim como o essencial do seu ponto de vista crítico quer em relação às condições infringidas às práticas de transumância das «populações nativas» por efeito de uma zonagem arbitrária e do «progressivo encurralamento nas áreas de piores condições», quer em relação à perspectiva do estabelecimento de concessionários brancos «evoluídos e dispostos a empregar capital amortizável a longo prazo», como se lê no seu relatório de 1968, dirá alguma coisa sobre como podiam acontecer tais desencontros. Tal baralha juízos apriorísticos que por vezes se é tentado a fazer quando se empreende a crítica do discurso geográfico colonial/tropical generalizando em excesso e não atendendo à diversidade e à concorrência de discursos em situação colonial (Singaravélou, 2008; Deprest, 2017; Macagno, 2019).
- 17 Vale acrescentar que não se trata de um caso isolado: Orlando Ribeiro fizera sensivelmente o mesmo quando passara a livro algumas das críticas que inscrevera em relatórios confidenciais a respeito de colonatos para brancos e de práticas explícitas de racismo, como acontecera a propósito do emblemático Colonato da Cela, no distrito do Quanza-Sul, em Angola (Castelo, 2013, 2021a, 2021b, 2022). O que, isso sim, parece depreender-se de casos como estes é uma relativa franquia dada ao discurso geográfico, em contraponto com o que temos para a vigilância que o poder do Estado colonial e ditatorial português exerceu sobre outros saberes disciplinares co-participantes do sistema científico colonial, desde logo na área das ciências sociais. Porquê esta aparente desigualdade de critérios? Para além do que pudesse decorrer do ascendente intelectual e do prestígio institucional deste ou daquele cientista – e no caso de Ribeiro conjugavam-se ambas as valências –, muito provavelmente porque o poder instituído encontrava neste último grupo de saberes um fundo político e ideológico que não reconhecia numa Geografia que ainda perspectivava como muito marcada pela sua matriz física, sendo esta sobretudo subsidiada pelo sobrepeso interno da Geomorfologia. Outros espaços disciplinares «neutros», como a Biologia, a Botânica e a Zoologia, partilhavam com a Geografia as vantagens decorrentes desta autonomia relativa em relação à interferência que o Estado-império português não se abstinha de exercer sobre outras áreas do saber colonial (Henriques, 2014).
- 18 No artigo que preparou para este dossier, **Frederico Ágoas** confronta directamente este paradigma de leitura, aplicando à Geografia portuguesa liderada por Orlando Ribeiro em Lisboa – e em Coimbra por Aristides de Amorim Girão – uma grelha de análise próxima daquela que Rui Mateus Pereira aplicou à Antropologia portuguesa, segundo a qual a conjuntura internacional no imediato pós-Guerra constituiu um factor decisivo para que a antiga Antropologia Física, orientada para a raciologia, tivesse paulatinamente aberto espaço à valorização da Etnologia como ciência social e ciência colonial aplicada (Pereira, 2021; Leal, 2021). Neste texto, trata-se de integrar aquilo que é percebido como a deriva colonial/tropical da Geografia Humana portuguesa – e que acontecerá a partir da realização da referida missão de Geografia à Guiné, em 1947 – no movimento mais amplo de deriva social da ciência colonial, nos planos nacional e internacional. Para tanto, Ágoas destaca o enquadramento e o estímulo suscitado pela participação de Ribeiro no Comité de Ciências Sociais da Comissão de Cooperação Técnica na África a Sul do Sara e no Comité Permanente das Conferências

Internacionais dos Africanistas Ocidentais, fazendo convergir uma série de pesquisas recentes que vem dedicando à história das ciências sociais em Portugal (Ágoas, 2013, 2020, 2022).

- 19 Como referimos, estas matérias foram parcialmente abordadas no artigo que Francisco Roque de Oliveira dedicou à afirmação paralela de Francisco Tenreiro como «africanista» e no qual encontramos uma valorização equivalente do papel desempenhado por estes instrumentos de cooperação trans-imperial na orientação epistémica e institucional tanto da ciência metropolitana, como da ciência delineada nos institutos de pesquisa colonial sediados em Dakar e em Bissau. Traduzindo os termos da leitura de Frederico Ágoas para o caso protagonizado pelo grupo de Ribeiro pelos termos que Yves Lacoste (2008) utilizou para valorizar o contributo emprestado pelos geógrafos coloniais/tropicais franceses face aos seus colegas «generalistas», resulta a ideia de que a urgência posta no combate ao anticolonialismo emergente, transportado pelos nacionalismos africanos e pela criação da ONU, acabou por ditar que a Geografia portuguesa tivesse recuperado a atenção que genericamente deixara de prestar aos fenómenos políticos – circunstancia esta que, paradoxalmente ou não, a aproximou dos desenvolvimentos das ciências sociais e pode bem ter facilitado a sua reconversão no período pós-colonial.
- 20 Se Frederico Ágoas introduziu o olhar do sociólogo nesta leitura alargada sobre os fundamentos e os resultados da Geografia portuguesa em contexto de colonialismo tardio, **Bernardo Pinto da Cruz** acrescentou a necessária perspectiva da ciência política, desta feita cruzando duas visões contrastadas sobre a política de aldeamentos estratégicos desenhada pelas autoridades portuguesas em Angola durante a Guerra Colonial (1961-1974): a do então jovem cientista político norte-americano Gerard J. Bender, vinculado à Universidade da Califórnia do Sul, e a do geógrafo sul-africano David L. Niddrie, que começara a sua carreira nos anos de 1930 na Universidade de Natal e ingressara no Departamento de Geografia da Universidade da Flórida em 1966, depois de passagens pelas Universidades de Manchester, Southern Illinois e Porto Rico. Desde logo, neste caso trata-se de perceber de que modo um mesmo objecto de estudo – dado por uma das mais marcantes formas de «reordenamento rural» e contra-insurreição executadas no último quartel do colonialismo português em África (Curto e Cruz, 2013; Curto *et al.*, 2016; Cruz, 2019, 2020a, 2020b) – foi partilhado e disputado por dois agentes internacionais de ciência de gerações e campos disciplinares diferentes (De Grassi, 2018). Paralelamente, trata-se de avaliar em que medida o acesso ao terreno colonial e à informação classificada sobre territórios em estado de guerra facultado a investigadores estrangeiros foi gerido pelos próprios investigadores, tendo resultado em trabalhos que, objectivamente, não parecem ser o simples reflexo dos interesses políticos, militares e institucionais que lhes franquearam esse acesso, fosse em Lisboa, em Luanda ou nos Estados Unidos. Em certo sentido, estes exemplos – sobretudo o de Bender – permitem confirmar a mesma qualidade de tensões e negociação que descobrimos em outros textos deste dossier que trataram aqueles geógrafos portugueses que tanto responderam à agenda pragmática dos institutos financiadores de ciência colonial, como lhes souberam acrescentar a marca dos seus próprios projectos de pesquisa e de carreira – Ribeiro, Tenreiro e Soeiro de Brito como os casos aqui mais evidentes.
- 21 O exercício proposto por Bernardo Pinto da Cruz – designadamente para perseguir o rasto dos contactos e da vigilância exercida sobre Gerard Bender pelos serviços

ultramarinos e diplomáticos, por órgãos de controlo científico como a Junta de Investigações do Ultramar, pela polícia política portuguesa, mas também pela CIA – tira extenso partido da documentação de arquivo correspondente à antiga Junta do Ultramar e ao Gabinete de Negócios Políticos do extinto Ministério do Ultramar, hoje integrado no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Em paralelo, sugere que o acesso selectivo à produção com relevância geográfica procedente da administração colonial facultado a académicos estrangeiros como Bender e Niddrie não é estranho à eficácia pública conseguida por um conjunto de publicações «quase-académicas» preparadas por diversos observadores internacionais que realizavam viagens jornalísticas a Angola e territórios vizinhos a convite dos movimentos de libertação angolanos.

- 22 Neste ponto, o texto de Bernardo Pinto da Cruz tem contacto imediato com a leitura quase simétrica que **Federico Ferretti** nos traz a propósito das «diplomacias subalternas» promovidas pelos principais líderes políticos independentistas da então África Portuguesa para colher apoios e simpatias no plano internacional. Partindo da consulta de um conjunto de espólios particulares – o do geógrafo comunista francês Jean Suret-Canale integrado nos Arquivos Departamentais de Seine-Saint Denis, em Bobigny, e a documentação de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade disponibilizada pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em Lisboa –, Ferretti ensaia uma reconstrução dessa rede de solidariedade internacional, onde pontuam nomes como o historiador Basil Davidson, o economista político Ronald H. Chilcote, o sociólogo Immanuel Wallerstein e a escritora Joyce Lussu, além dos activistas franceses vinculados ao Comité National de Soutien de la Lutte de Libération dans les Colonies Portugaises, como foi o caso de Gil Tchernia e Maurice Gastaud (Barros, 2020; Ginsburger, 2021).
- 23 No seu artigo, Federico Ferretti inclui uma referência relevante ao projecto delineado por Amílcar Cabral no início dos anos de 1970 no sentido de garantir junto da UNESCO e da editora francesa *Présence Africaine* a impressão de livros didácticos de Geografia com conteúdos assinados por Suret-Canale, destinados ao ensino básico nos territórios controlados pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Cabral. Como é bom de ver, os termos em que se desenrolou o trabalho de um outro geógrafo internacional como David Niddrie – que, como revela Bernardo Pinto da Cruz, pouco mais ou menos na mesma altura visitou a Guiné a convite da Associação Portuguesa de Empresas do Ultramar, em articulação com a Embaixada de Portugal em Washington, tendo em vista produzir conteúdos «científicos» que certificassem o controlo de Portugal sobre aquele território e desdissem a informação posta a correr pelo PAIGC e pela Comissão Especial de Descolonização da ONU –, dificilmente poderiam contrastar mais com os resultados perseguidos por Amílcar Cabral ao socorrer-se das súmulas geográficas de Suret-Canale para construir uma «consciência anticolonial nacional» na Guiné Bissau. Porém, o que ambos dizem sobre o valor instrumental da escrita geográfica – fosse para forjar a representação espacial de uma nova sociedade, no caso de Suret-Canale, fosse para captar apoio político na frente externa para uma causa colonial sitiada, no caso de Niddrie – é, em substância, equivalente. A urgência colocada nestas como em quaisquer outras *démarches* análogas, tanto de sentido colonial como anticolonial, apenas reforça a sua natureza de imagens geneticamente vinculadas à retórica «impura e mundana» do poder social que as encarga (Barnett, 1996, 1998; Laranjeiro, 2021).

- 24 Tomados de empréstimo da crítica à Geografia tropical de Pierre Gourou que Aimé Césaire inscrevera no seu *Discours sur le colonialism* (1953), estes foram precisamente os termos a que **Daniel Clayton** recorreu para interpretar o conjunto das obras de Geografia tropical de Pierre Gourou e Orlando Ribeiro em clave decolonial, neste caso arriscando transpor esta crítica da atenção que por regra dedica a actores e a vozes «subalternas» – como em boa parte é feito por Federico Ferretti – para duas figuras que encarnam o *establishment* académico da sua época. Também este exercício comparativo beneficia de um longo trajecto dedicado à contextualização da pesquisa geográfica de Pierre Gourou, revendo os termos em que o debate sobre a tropicalidade tinha emergido no mundo anglófono pela mão do historiador David Arnold (2000), o qual foi recentemente sistematizado no livro que Gavin Bowd e Daniel Clayton escreveram sobre o conjunto da obra de Gourou (Bruneau, 2008; Bowd e Clayton, 2019). O ensaio proposto por Clayton para este dossier recupera a imagem que Ranajit Guha inventou no ensaio «Not at Home in Empire» (1997) para sublinhar os limites de apreensão do espaço colonial, a qual encontra uma analogia imediata na experiência de desapropriação e de precariedade que a literatura canónica do pós-modernismo revê em casos como o dos «sem terra» do Brasil (Young, 2003).
- 25 A análise de Daniel Clayton cobre cerca de quatro décadas: a montante, o momento quase simultâneo da preparação dos primeiros rascunhos de *Les Pays Tropicaux* (1947) de Pierre Gourou e o estabelecimento do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, por Ribeiro, em 1943; a fechar, a publicação, também quase simultânea, desses dois livros compósitos – misto de autobiografia, de reflexão sobre a sorte dos estudos tropicais em Geografia e de balanço sobre os legados coloniais – que vêm a ser *Terres de bonne esperance* (1982) de Gourou e o referido *A colonização de Angola e o seu fracasso*, que Ribeiro publicou em 1981 e Gourou recenseou no ano seguinte nas páginas de *Les Cahiers d'Outre-Mer*, confirmando uma cumplicidade pessoal e científica que remontava ao final da década de 1930. A partir do conhecido assessoramento técnico-científico que tanto Ribeiro como Gourou emprestaram ao empreendimento de colonização, explora-se aqui o suposto «dever de reserva» que um e outro terão sabido exercitar ante os respectivos contextos institucionais e políticos, com o que voltamos a ter pontos de contacto imediato com um texto como o de Cláudia Castelo e com o que atrás dissemos a propósito deste conceito de aparente «neutralidade» da Geografia.
- 26 Como Daniel Clayton aqui defende, esta ambiguidade deliberada tanto se manifestou no aproveitamento da «ilusão realista» reivindicada pelo paradigma disciplinar de matriz vidaliana que Ribeiro e Gourou partilhavam, como pelo distanciamento público que estes dois geógrafos manifestaram em relação a realizações concretas de engenharia social e povoamento dirigido nos meios rurais de Angola e Moçambique, por exemplo. Convidado por Ribeiro para tomar parte em duas das missões de trabalho de campo realizadas pelo grupo de geógrafos da «Escola de Lisboa» nestes territórios entre 1962 e 1963, também Gourou destacou os efeitos que daí decorriam no sentido da acelerada degradação das formas «tradicionais» da paisagem e do comprometimento dos propósitos inscritos no guião luso-tropicalista de «miscigenação» harmónica que transitara, em parte, de Gilberto Freyre para Orlando Ribeiro e, deste, para o próprio Gourou, até ao ponto em que se tornara indistinto em qualquer deles. Será curioso assinalar que Ilídio do Amaral, na recensão a *A colonização de Angola e o seu fracasso* que publica na *Finisterra* em 1983, lamentará que Orlando Ribeiro não tivesse aproveitado, para abordar esta mesma matéria, a crítica ao luso-tropicalismo que Gerard Bender

inscrevera em *Angola under the Portuguese. The Mith and the Reality* (1978), livro que acabara de ter uma tradução portuguesa revista pelo autor, publicada em Lisboa em 1980 (Amaral, 1983). Acrescente-se que Ilídio do Amaral não foi o único dos geógrafos de Lisboa a revelarem-se atentos à transição de paradigma: pouco antes, a *Finisterra* publicara já uma longa resenha do livro de Bender assinada por António Costa (1981).

- 27 Agora em sentido literal, é também de imagens – ainda que deliberadamente muito dissemelhantes entre si – que nos falamos duas outras das notas de pesquisa agregadas a este dossier. **Luís Miguel Moreira** assina a primeira, dedicada à apresentação sumária das condições de produção e recepção do monumental *Atlas de Portugal Ultramarino* publicado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 1948, na sequência de um atribulado processo de edição que visa recuperar os conteúdos e a mensagem propagandística sobre o império que a extinta Comissão de Cartografia – criada em 1883, em pleno *Scramble for Africa* (Lobato, 2010) – havia servido mais de 30 anos antes, quando dera à estampa o *Atlas Colonial Português* (1914). Tal como a generalidade das obras congêneres, o *Atlas de Portugal Ultramarino* ambicionava levar ao grande público que a ele pudesse aceder um saber geográfico sobre o império tanto quanto possível actualizado, por via dos trabalhos geodésicos, cartográficos e hidrográficos, tal como pelos estudos das diversas ciências naturais e humanas trabalhadas pelas diversas missões científicas que a Junta ia patrocinando no terreno colonial a partir da experiência da Comissão de Cartografia, de que era herdeira desde 1936. Obra de aparato e muito marcada pelo veio político e ideológico que o Estado Novo acomodava à simbólica do «terceiro império português» (Clarence-Smith, 1990; Alexandre, 2004), este atlas destaca a cartografia das colónias africanas, mas não consegue evitar o escrutínio desaprovador dos geógrafos académicos que o manuseiam nos anos seguintes, começando por Orlando Ribeiro, em relatório interno para a Junta, escrito logo em 1949. Também o sentido destas críticas merece atenção particular, desde logo porque parece centrar-se na qualidade técnica e nas opções temáticas seguidas, deixando à margem qualquer discussão sobre o projecto ou o ideal de «cidadania imperial» perseguido pelas representações cartográficas compiladas no *Atlas de Portugal Ultramarino* (Blaise *et al.*, 2011; Avila, 2011; Edney, 2019).
- 28 A proposta trazida por **Daniel Paiva** persegue este último tipo de propósitos a partir de uma situação cronológica oposta. Por um lado, trata-se de sinalizar exemplos de estudo e reapropriação em contexto pós-colonial das fotografias realizadas em situação de trabalho de campo nos diferentes espaços do «mundo tropical» por geógrafos de matriz vidaliana vinculados à «Escola de Lisboa». Neste plano, inclui-se um conjunto de objectos artísticos recentemente criados a partir da utilização de material fotográfico custodiado pela Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa – v.g. livros, exposições e filmes/documentários –, os quais apelam para a reflexão que urge fazer sobre a presença (ou a ausência), nestes novos objectos, de sinais reveladores de uma consciência relativa ao contexto colonial em que as imagens foram originalmente produzidas. Por outro lado, esta leitura dedicada à reapropriação e ressignificação da fotografia própria da ciência geográfica «clássica», através de narrativas pessoais que reintroduzem a subjectividade na observação, é acompanhada por um alinhamento com alguns dos exemplos vindos dos estudos literários que têm explorado, a partir de casos como o do geógrafo-poeta Francisco Tenreiro, as potencialidades do trânsito entre a observação decorrente do trabalho de campo em Geografia e a representação poética dos espaços observados – e eventualmente também captados pela «experiência fotográfica» (Éboli, 2010; Vancassel, 2021). Num caso como

no outro, trata-se, em boa medida, de reposicionar objectos extraídos de um contexto colonial, pensando-os e usando-os de acordo com a dimensão pessoal, as subjectividades e o hibridismo do pós-colonial (Allain Bonilla, 2017; Ribeiro, 2017; Bancel, 2021; Siqueira, 2021, 2022).

- 29 O arquivo fotográfico pessoal, junto com o exercício de memória que este suscita, acabam por estar no centro do ensaio que **Maria Auxiliadora da Silva e André Nunes de Sousa** prepararam em torno da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, em Agosto de 1959, promovido pela Universidade da Bahia e pela UNESCO. Participante neste evento enquanto jovem investigadora vinculada ao recém-constituído Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, liderado por Milton Santos, a primeira autora deste texto viria a estagiar em Geografia Agrária no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, em 1966, centrando o seu estudo no caso de Coruche. Então bolsista do Instituto de Alta Cultura, Maria Auxiliadora da Silva foi acolhida por Orlando Ribeiro e pelo agrónomo e geógrafo José Correia da Cunha, tendo privado de perto com os seus colegas de geração António de Brum Ferreira, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros e Jorge Gaspar, entre outros (Revista Geosul, 2014; Sousa, 2014). Se o escopo da pesquisa que a trouxe a Lisboa em meados dos anos 60 remete para a prática consolidada pela Geografia de Lisboa sobre as transformações suscitadas em espaço rural pela introdução de modernas obras de regadio, as quais escapam ao objecto imediato deste dossier – e que, por esse motivo, os autores escolheram não desenvolver aqui –, é no testemunho dado sobre a organização e o desenrolar dos trabalhos da Secção I «O Meio e o Homem» do Colóquio Luso-Brasileiro da Bahia (incluindo-se aqui as fotografias inéditas que o ilustram) que encontramos o afloramento de alguns dos principais tópicos que atravessaram todo o dossier.
- 30 Estes convergem, de novo, na figura de Francisco Tenreiro, que, na ausência de Orlando Ribeiro, representou o Centro de Estudos Geográficos na Bahia e foi um dos relatores das sessões da referida Secção I, cabendo-lhe apresentar o parecer sobre a generalidade dos trabalhos de geografia urbana da equipa do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Bahia, incluindo aqueles assinados por Maria Auxiliadora da Silva. Em qualquer caso, sabemos que a participação de Tenreiro neste Colóquio se estendeu às duas reuniões da mesa-redonda intitulada «Problemas africanos de interesse luso-brasileiro» e que, tanto aí como em todas as seis sessões da Secção I, venceu o seu posicionamento a respeito da colonização portuguesa em África, não sendo virtualmente destrinchável a voz do geógrafo, da voz do integrante da Delegação oficial portuguesa – presidida pelo então reitor da Universidade de Lisboa e ex-ministro do Ultramar, Marcelo Caetano – ou, mesmo, da do deputado por São Tomé e Príncipe à Assembleia Nacional portuguesa, como Tenreiro também chega a ser identificado nestes trabalhos (Ribeiro, 2002, 2010).
- 31 Será no quadro desta ambiguidade de fundo que virá à discussão a ideia de «colonização ecológica», suscitada pela comunicação enviada por Orlando Ribeiro, cujos argumentos freyrianos Tenreiro faz seus e esclarece em momento de debate, ao explicar que tal conceito exprimia «a transplantação da cultura mediterrânea para os trópicos seguida, logo, da tropicalização das gentes» (Ribeiro, 2010: 181). Neste caso na sequência de uma comunicação do geógrafo da Universidade de São Paulo Antonio Rocha Penteadado, que ensaiara um estudo comparativo entre a Bahia e Angola (Colóquio, 1959), discutir-se-á também a experiência do Colonato da Ceta, alinhando uma vez mais Tenreiro pelo

registro daqueles que consideravam tratar-se de «uma experiência muito original e que está dando os seus frutos» (Ribeiro, 2010: 182). A ano e meio de distância da eclosão da Guerra Colonial, em Angola, os termos nos quais se processa esta abordagem pública da Geografia portuguesa às questões coloniais resume-nos, em boa medida, tudo o que viemos notando sobre o peso omnipresente das suas circunstâncias e a sombra que estas projectaram sobre um certo modo de pensar e fazer ciência.

BIBLIOGRAFIA

- Ágoas, Frederico (2013). “Estado, universidade e ciências sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial (1952-1972)”. In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 317-347.
- Ágoas, Frederico (2020). “Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, vol. 56, pp. 278-297. DOI: <https://doi.org/10.1002/jhbs.22046>
- Ágoas, Frederico (2022). “ISCSP(U) – Palácio Burnay”. In: Guardiã, Ana; Jerónimo, Manuel Bandeira; Peixoto, Paulo (org.). *Ecossistemas coloniais: histórias, patrimónios e memórias*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 79-85.
- Alexandre, Valentim (2017). *Contra o vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alexandre, Valentim (2004). “O império português (1925-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, vol. 38, n. 169, pp. 959-979. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121865060413uCCQ0xh3Fc45BI0.pdf>> Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Allain Bonilla, Marie-Laure (2017). “Repositionner la photographie : quand le postcolonial devient personnel”. In: Lageira, Jacinto (dir.). *Usages géopolitiques des images – Les carnets du BAL 7*. Paris: LE BAL; Éditions Textuel, pp. 162-177.
- Almeida, Miguel Vale de (2014). “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”. In: Bastos, Cristina; Almeida, Miguel Vale de; Feldman-Bianco, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 31-45.
- Amaral, Ilídio do (1983). “A colonização de Angola e o seu fracasso interpretados por Orlando Ribeiro”. *Finisterra*, vol. 18, n. 36, pp. 403-410. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2109>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2109>
- Arnold, David (2000). “‘Illusory Riches’: Representations of the Tropical World, 1840-1950”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 21, n. 1, pp. 6-18. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9493.00060>
- Avila, Isabelle (2011). “Les cartes de l’Empire dans les atlas britanniques (1884-1914)”. In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 169-187.
- Bancel, Nicolas (2021). *Le postcolonialisme*. Paris: Que sais-je?/Humensis.

- Barnett, Clive (1996). *Impure and Worldly Geography*. PhD thesis. Oxford: Faculty of Anthropology and Geography, University of Oxford. Disponível em: <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:cabb71c-906c-4822-af54-f5c7018025f5>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Barnett, Clive (1998). “Impure and worldly geography: The Africanist discourse of the Royal Geographical Society, 1831-73”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 23, n. 2, pp. 239-251. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0020-2754.1998.00239.x>
- Barros, Víctor (2020). “The French Anticolonial Solidarity Movement and the Liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde”. *The International History Review*, vol. 42, n. 6, pp. 1297-1318. DOI: [10.1080/07075332.2019.1690541](https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1690541)
- Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (2011). “Pour une histoire spatiale du fait colonial”. In: Blais, Hélène; Deprest, Florence; Singaravélou, Pierre (dir.). *Territoires impériaux: une histoire spatiale du fait colonial*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 7-21.
- Bouquet, Christian (2008). “Géographie coloniale, géographie tropicale, géographie zonale: slalom entre les tabous”. In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l’Homme d’Aquitaine, pp. 191-199.
- Bowd, Gavin; Clayton, Daniel (2019). *Impure and Worldly Geography. Pierre Gourou and Tropicality*. London; New York: Routledge.
- Brito, Raquel Soeiro de (1970). “Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes”. *Finisterra*, vol. 5, n. 9, pp. 69-83. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2471>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2471>
- Bruneau, Michel (2008). “Tropicalité, tropicalisme, géographie tropicale: évolution d’un débat, des géographes francophones aux géographes anglophones”. In: Velasco-Graciet, Hélène (dir.). *Les tropiques des géographes*. Pessac: Maison de Sciences de l’Homme d’Aquitaine, pp. 169-188.
- Butlin, Robin A. (2009). *Geographies of Empire. European Empires and Colonies c. 1880-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castelo, Cláudia (2013). “Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio”. In: Jerónimo, Manuel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, pp. 349-387.
- Castelo, Cláudia (2021a). “Ciência de ‘saber durar’? Missões científicas e desenvolvimento no império tardio”. In: Diogo, Maria Paula; Sousa, Cristina Luís E. M. Luísa (coord.). *Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal. Vol. 4: Inovação e contestação - séc. XX*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 457-483.
- Castelo, Cláudia (2021b). “Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974)”. *Tempo*, vol. 23, n. 3, pp. 478-500. DOI: [10.1590/tem-1980-542x2021v2701](https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2021v2701)
- Castelo, Cláudia (2022). “Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização”. In: Sarmento, João. *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 11-20.
- Clarence-Smith, Gervase (1990). *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Claval, Paul (2007). *Géographie et géographes*. Paris: L’Harmattan.
- Clavaron, Yves (2021). *La carte et le territoire colonial*. Paris: Kimé.

- Clayton, Daniel (2008). “Le passé colonial/impérial et l’approche postcolonial de la géographie anglophone”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L’empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 219-234.
- Clayton, Daniel (2020). “The Passing of ‘Geography’s Empire’ and Question of Geography in Decolonization, 1945-1980”. *Annals of the American Association of Geographers*, vol. 110, n. 5, pp. 1540-1558. DOI: 10.1080/24694452.2020.1715194
- Clayton, Daniel; Kumar, M. Satish (2019). “Geography and decolonization”. *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 1-8. DOI: 10.1016/j.jhg.2019.10.006
- Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, IV (1959). *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Bahia, Agosto 1959*. Salvador: Universidade da Bahia.
- Costa, António (1981). “Angola sob o domínio português. Mito e realidade segundo Gerald G. Bender”. *Finisterra*, vol. 16, n. 32, pp. 362-374. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2185>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2185>
- Cruz, Bernardo Pinto da (2019). “The Penal Origins of Colonial Model Villages: From Aborted Concentration Camps to Forced Resettlement in Angola (1930–1969)”. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 47, n. 2, pp. 343-371. DOI: 10.1080/03086534.2019.1605699
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020a). “A unidade de vizinhança na Angola colonial: repertórios de concentração e políticas urbanas (1950-1974)”. In: Cruz, Bernardo Pinto da (org.). *Descontrolo em Luanda: urbanismo, polícia e lazer nos musseques do império*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique, pp. 97-144.
- Cruz, Bernardo Pinto da (2020b). “The Neighbourhood Unit in Late Colonial Angola: Concentration Repertoires and Urban Policies (1950–1974)”. *Comparativ*, vol. 30, n. 1/2, pp. 60–86, 2020. DOI: 10.26014/j.comp.2020.01-02.04
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da (2013). “Cidades coloniais: fomento ou controlo?”. In: Domingos, Nuno; Peralta, Elsa (org.). *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, pp. 113-165.
- Curto, Diogo Ramada; Cruz, Bernardo Pinto da; Furtado, Teresa (2016). *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- D’Alessandro, Cristina (2003). “Un regard sur la géographie coloniale française”. *Annales de Géographie*, t. 112, n. 631, pp. 306-315. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_2003_num_112_631_918> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.3406/geo.2003.918>
- De Grassi, Aharon (2018). “The work of Gerard J. Bender: an appreciation”. *LASO Newsletter* [Lusophone African Studies Organization], November, pp. 5-6 e 13.
- DEPREST, Florence. (2017). “Qu’est-ce qu’un géographe colonial ? Jean Brunhes, l’irrigation et la géographie humaine (1894-1911)”. *L’Espace géographique*, vol. 46, n. 3, pp. 264-284. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2017-3-page-264.htm?contenu=article>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.3917/eg.463.0264>
- Driver, Felix (2006). *Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Éboli, Luciana (2010). “O Regresso à Ilha em Coração em África: imagens de uma geografia humana e poética”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 325-335.

Edney, Matthew H. (2019). *Cartography: the ideal and its history*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

Ferretti, Federico (2020). “History and philosophy of geography I: Decolonising the discipline, diversifying archives and historicising radicalism”. *Progress in Human Geography*, vol. 44, n. 6, pp. 1161-1171. DOI: 10.1177/0309132519893442

Ginsburge, Nicolas (2021). “Engagements, difficultés et carrières. Géographes communistes et communisants dans la tourmente (1938-1945)”. In: Ginsburge, Nicolas; Robic, Marie-Claire; Tissier, Jean-Louis (dir.). *Géographes français en Seconde Guerre mondiale*. Paris : Éditions de la Sorbonne, pp. 39-62.

Gourou, Pierre (1936). *Les paysans du delta tonkinois : étude de Géographie humaine*. Paris: Les Éditions d'Art et d'Histoire.

Gourou, Pierre (1966). “Pour une Géographie Humaine”. *Finisterra*, vol. 1, n. 11, pp. 10-32. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2554>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2554>

Henriques, Isabel Castro (2014). “Colonialismo e História”. In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.

Hersey, Mark D.; Vetter, Jeremy (2019). “Shared ground: Between environmental history and the history of science”. *History of Science*, vol. 57, n. 4, pp. 403-440. DOI: <https://doi.org/10.1177/0073275319851013>

Jazeel, Tariq (2014). “Subaltern geographies: Geographical knowledge and postcolonial strategy”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 35, n. 1, pp. 88-103. DOI: <https://doi.org/10.1111/sjtg.12053>

Jerónimo, Manuel Bandeira; Pinto, António Costa (eds.) (2015). *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*. London: Palgrave Macmillan.

Jöns, Heike; Meusburger, Peter; Heffernan, Michael (eds.) (2017). *Mobilities of knowledge*. Cham: Springer.

Lacoste, Yves (1976). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Librairie François Maspero.

Lacoste, Yves (2008). “Réflexions sur la géographie coloniale”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 235-241.

Laranjeiro, Catarina (2021). *Dos sonhos e das imagens: a guerra de libertação na Guiné-Bissau*. Lisboa: Outro Modo; Le Monde Diplomatique.

Leal, João (2021). “Os anos ‘brasileiros’ de Jorge Dias”. In: Silva, Ana Teles da (org.). *Cartas do Brasil. Correspondência de antropólogos e folcloristas brasileiros para Jorge Dias (1949-1972)*. Lisboa: Etnográfica Press-Museu Nacional de Etnologia, pp. 47-70.

Lobato, Manuel (2010). “A Comissão de Cartographia e a produção científica colonial portuguesa da monarquia constitucional à I República (1883-1936)”. In: Albino, Teresa (coord.). *Viagens e missões científicas nos trópicos, 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 14-18.

Macagno, Lorenzo (2019). *A invenção do assimilado: paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.

- Medeiros, Carlos Alberto (1996). “Nas margens da geografia humana: um olhar sobre a obra de Francisco Tenreiro”, *Inforgeo*, n. 11, pp. 177-180.
- Meusburger, Peter; Livingstone, David N.; Jöns, Heike (eds.) (2010). *Geographies of science*. Heidelberg: Springer.
- Oliveira, Francisco Roque de (2019). “El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional”. *Investigaciones Geográficas*, n. 100, e60018. DOI: <https://doi.org/10.14350/rig.60018>
- Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (2019). “Saberes geográficos e Geografia institucional. Apresentação”. In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 7-16. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/46235>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Paiva, Daniel; Lopes, Jonathan Felix Ribeiro; Oliveira, Francisco Roque de (2019). “O Brasil e a Geografia brasileira nas revistas académicas portuguesas do século XX: produção, temas e redes”. In: Oliveira, Francisco Roque de; Paiva, Daniel (eds.) (2019). *Saberes geográficos e Geografia institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 93-106. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10451/46241>>. Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Paiva, Daniel; Oliveira, Francisco Roque de (2021). “Luso-Brazilian geographies? The making of epistemic communities in semi-peripheral academic human geography”. *Progress in Human Geography*, vol. 45, n. 2, pp. 489-512. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132520923062>
- Pereira, Jenesildo de Jesus (2023). “Representations of Africa and Africans in the magazine Portugal em África (1894-1910)”. In: Machado, Adelaide Vieira; Fonseca, Isidora de Ataíde; Newman, Robert S.; Lobo, Sandra Ataíde (eds.). *Creating and opposing empire: the role of the colonial periodical press*. New York: Routledge, 16 pp. [preprint] DOI: 10.4324/9780429282270-4
- Pereira, Rui Mateus (2021). *Conhecer para dominar. O desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Pimenta, José Ramiro (2020). “Francisco Xavier da Silva Teles”. In: Matos, Sérgio Campos (ed.). *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_silva_teles.htm>. Acesso: 18 de Agosto de 2022
- Pimenta, José Ramiro; Sarmiento, João, Azevedo, Ana Francisca (2011). “Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 32, n. 2, pp. 220-235. DOI: 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x
- Revista Geosul (2014). “Entrevista com a professora Maria Auxiliadora da Silva”. *Geosul*, vol. 29, n. 58, pp. 205-242. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/37526/28823>> Acesso: 18 de Agosto de 2022.
- Ribeiro, António Pinto (2017). *África, os Quatro Rios. A representação de África através da literatura de viagens europeia e norte-americana, 1958-2002*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2002). “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In: Lemos, Fernando; Leite, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; EDUSC, pp. 29-38.

- Ribeiro, Maria de Fátima Maia (2010). “Francisco Vasques Tenreiro no IV Colóquio (1959): um intelectual afeito a palavras e a campos disciplinares”. In: Mata, Inocência (org.). *Francisco José Tenreiro: as múltiplas faces de um intelectual*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 167-182.
- Ribeiro, Orlando (1970). *Variações sobre temas de ciência*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, Orlando (1976). “Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal”. *Finisterra*, vol. 11, n. 21, pp. 11-36. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2304>> Acesso: 18 de Agosto de 2022. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis2304>
- Ribeiro, Orlando (1981). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ribeiro, Orlando (2017) [1968]. “Prefácio à versão portuguesa da 4.ª edição de *Les Pays Tropicaux*”. In: Ribeiro, Orlando; Daveau, Suzanne (ed.). *Mestres, colegas, discípulos*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 734-738.
- Sarmiento, João (2019). “Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique”. *Journal of Historical Geography*, vol. 66, pp. 20-30. DOI: 10.1016/j.jhg.2018.11.002
- Sarmiento, João (2022). *Orlando Ribeiro – Cadernos de campo, Angola 1960-1969*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Shepherd, Chris. (2005). “Imperial science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940-1960”. *Science as Culture*, vol. 14, n. 2, pp. 113-137. DOI: 10.1080/09505430500110879
- Siqueira, Marcelo Nogueira de (2021). “Esfafandistas, sábios e futuros amantes: alegorias sobre arquivo, memória, história, patrimônio e identidade”. In: Sotuyo Blanco, Pablo (org.). *Estudos de iconografia musical na transversalidade*. Salvador: EDUFBA, pp. 11-23.
- Siqueira, Marcelo Nogueira de (2022). “A dimensão afetiva do documento fotográfico: contraponto ou complemento no tratamento arquivístico?”. In: Madio, Telma Campanha de Carvalho; Machado, Bruno Henrique; Bizello, Maria Leandra (orgs.). *Desafios na identificação e organização de fotografias: abordagens teóricas e boas práticas nos arquivos brasileiros*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 209-222. DOI: 10.36311/2022.978-65-5954-277-2
- Solotareff, Marion (1996). “Naissance et évolution de la géographie tropicale (1930-1960)”. In: Claval ; Paul ; Sanguin, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, pp. 234-257.
- Sousa, William Morais Antunes de (2014). “Maria Auxiliadora da Silva”. In: Silva, Maria Auxiliadora da (org.). *Encontro de gerações. Seminário Nacional: Contribuição à Geografia Brasileira*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp. 215-232.
- Vancassel, Paul (2021). *Penser les regards photographique*. Paris: L'Harmattan.
- Young, Robert J. C. (2003). *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Zytnicki, Colette (2008). “La géographie tropicale est-elle l'héritière de la géographie coloniale ? L'exemple de l'enseignement de la géographie coloniale à Bordeaux (1890-1948)”. In: Singaravélou, Pierre (dir.). *L'empire des géographes. Géographie, exploration et colonisation (XIX^e-XX^e siècle)*. Paris: Belin, pp. 202-211.

AUTORES

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa e Laboratório Associado TERRA, Portugal

Email: f.oliveira@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5854-8971>

JOÃO SARMENTO

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho – Campus de Azurém

Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>